

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2018/1	
Nome da Pasta	Gênero e Raça e a Promoção da Igualdade
Autor/Instituição	Programa Nacional de Direitos Humanos – MTE
Número de Documentos	21
Quantidade e tipo de documentação	Revista, cartilha
Dia/ Mês/Ano	2003
Formato	A4
Resumo	A cartilha é fruto de um projeto que, com a realização de diversos seminários, buscou promover a conscientização da igualdade e o combate à discriminação no trabalho. Neste em específico, a discussão é sobre Gênero e Raça, realizada pela Dra. Edna Roland.
Palavras-Chave	Gênero, raça, igualdade, trabalho, discriminação.
Notas explicativas	A documentação foi doada para digitalização pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, local em que estão depositados os documentos originais. Mantemos aqui a mesma organização da documentação que se encontra no Arquivo da Cúria: de forma geral, trata-se de Fundos, subdivididos em caixas.

Gênero e Raça e a Promoção da Igualdade



PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS



PNUD

MINISTÉRIO
DO **TRABALHO**
E **EMPREGO**



Gênero e Raça e a Promoção da Igualdade

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

BRASÍLIA
2003

© 2000 – Ministério do Trabalho e Emprego

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

Tiragem: 3.000 exemplares

1ª reimpressão 10.000 exemplares – Ago./2000

2ª reimpressão 10.000 exemplares – Jun./2001

3ª reimpressão 3.000 exemplares – Ago./2002

4ª reimpressão 5.000 exemplares – Ago./2003

Edição e Distribuição: Assessoria Internacional/MTE
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 5º andar, sala 555
Brasília/DF
CEP: 70059-900
Telefones: (0xx61) 321-1690/317-6842
Fax: (0xx61) 224-0814
e-mail: internacional@mte.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca. Seção de Processos Técnicos – MTE

G326 Gênero e raça e a promoção da igualdade. – Brasília : MTE, Assessoria Internacional, 2003.

35 p.

Programa Nacional de Direitos Humanos.

1. Igualdade de oportunidades, emprego, Brasil. 2. Mercado de trabalho, igualdade de oportunidades. Brasil. 3. Trabalhador, direitos e deveres, Brasil. I. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Assessoria Internacional.

CDD 341.2722

Em 1965, o Governo brasileiro ratificou a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que trata da discriminação no emprego e na profissão, comprometendo-se a formular e a implementar uma política nacional que promovesse a igualdade de oportunidades e de tratamento no mercado de trabalho.

No ano de 1992, as organizações de trabalhadores encaminharam denúncia ao OIT, apontando o descumprimento da Convenção em nosso País. Em resposta, a Assessoria Internacional do MTE, em 1995, iniciou o Programa Nacional de Implementação da Convenção nº 111, buscando colocar em prática as disposições da Convenção.

Apresentação	05
Histórico	07
Gênero e Raça e a Promoção da Igualdade	09
Como nos Percebemos Racialmente? Exercício	23
Debates	27

Profissionais expressam preocupação com a implementação de uma política pública de combate à discriminação, sendo responsáveis pela execução dessa política em nível estadual, junto às respectivas Delegacias Regionais do Trabalho. Assim, os Núcleos, coordenados pelas DRTs, assumem um papel de executor das ações necessárias para a materialização do Programa de Implementação da Convenção nº 111.

Os seminários de conscientização do Programa vem contando com a participação da Dra. Edné Roland para discutir a respeito do tema Gênero e Raça. Produzimos aqui sua brilhante apresentação, que nos faz refletir a respeito de nossas atitudes diante de práticas discriminatórias, mostrando que o combate à discriminação está ao alcance de todos, nos diferentes níveis e setores de atuação, a partir da mudança de comportamento de cada um.

MARIA HELENA GOMES DOS SANTOS
Chefe de Assessoria Internacional

Em 1965, o Governo brasileiro ratificou a **Convenção nº 111** da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que trata da discriminação no emprego e na profissão, comprometendo-se a formular e a implementar uma política nacional que promovesse a igualdade de oportunidades e de tratamento no mercado de trabalho.

No ano de 1992, as organizações de trabalhadores encaminharam denúncia à OIT apontando o descumprimento da Convenção em nosso País. Em face da denúncia, o Ministério do Trabalho iniciou, em 1995, o **Programa para Implementação da Convenção nº 111**, buscando colocar em prática ações e políticas que promovessem a igualdade de oportunidades e de tratamento e combatessem a discriminação no emprego e na profissão.

Para a materialização das ações de combate à discriminação e de promoção da igualdade de oportunidades, o Programa tem promovido seminários visando à sensibilização e à conscientização a respeito da **Igualdade de Oportunidades – Implementação da Convenção nº 111 da OIT** e **workshops para formação de Núcleos de Combate à Discriminação no Emprego e na Profissão**. Tais Núcleos expressam a concretização de uma política pública de combate à discriminação, sendo responsáveis pela execução dessa política em nível estadual, junto às respectivas Delegacias Regionais do Trabalho – DRTs. Assim, os Núcleos, coordenados pelas DRTs, assumem um papel de agente executor das ações necessárias para a materialização do Programa de Implementação da Convenção nº 111.

Nos seminários de conscientização, o Programa vem contando com a participação da Dra. Edna Roland para discorrer a respeito do tema **Gênero e Raça**. Reproduzimos aqui sua brilhante apresentação, que nos faz refletir a respeito de nossas atitudes diante de práticas discriminatórias, mostrando que o combate à discriminação está ao alcance de todos, nos diferentes níveis e setores de atuação, a partir da mudança de comportamento de cada um.

MARIA HELENA GOMES DOS SANTOS
Chefe da Assessoria Internacional

Essa experiência foi fundamental e marcou a minha vida para sempre. Naquele momento, compreendi que não era branca, era negra e era uma coisa absurda ter medo de um ser humano em função das suas características raciais. A partir daí, a minha vida mudou. Não me tornei imediatamente militante. Essa experiência foi ainda muito pessoal.

No que diz respeito à questão das relações raciais, talvez fosse interessante que eu contasse brevemente para vocês como acabei me transformando numa militante do Movimento Negro.

Nasci em Codó, no Maranhão. Aos oito anos de idade, fui morar em Fortaleza, no Ceará. Desde a infância, percebi diferenças de tratamento dentro da minha extensa família – a minha família é bastante miscigenada, e comecei a tomar consciência da existência da discriminação racial. Mas essa experiência foi puramente pessoal e individual. Ela ficou no meu subconsciente, de imediato, não se transformou em nenhum tipo de ação, até mesmo porque àquela época tinha pouca idade. Era um pouco cedo para eu me tornar militante.

Aos 16 anos de idade, já na adolescência e passando por todos os dramas que as meninas costumam enfrentar nessa fase – sentimo-nos feias, inadequadas, costumamos passar por vários tipos de problemas, e isso se intensifica se o adolescente apresenta características raciais dos grupos discriminados na sociedade –, ganhei uma bolsa de estudos. Estudei, durante um ano, na Califórnia, nos Estados Unidos. Vivi numa pequena cidade em que não havia negros. Lá, havia mexicanos, que se constituíam no grupo racialmente discriminado.

Vivi com uma família americana branca, de classe média, protestante. Praticamente, não tive contato com os jovens mexicanos daquela cidade. Havia uma profunda separação. Num determinado dia, fui participar de um evento na capital, em Sacramento, juntamente com os colegas da minha escola. Isso ocorreu por volta de 1967. A Guerra do Vietnã estava eclodindo. Era a época do Movimento *Hippie*, do Movimento Estudantil, do LSD, da *marijuana*. Tudo acontecia nos Estados Unidos naquele momento. Quando o ônibus da minha escola estava chegando em Sacramento, também chegava ali um ônibus de estudantes negros de uma outra escola. E começaram a explodir bombas. Os estudantes da minha escola ficaram apavorados, com medo dos estudantes negros do outro ônibus. Também fiquei apavorada. Aquela foi uma experiência terrível, porque, de repente, percebi que estava tendo medo daqueles estudantes porque eles eram negros. Parei para pensar nisso. Eu nunca tinha vivido a experiência de um confronto racial. E a pergunta que me fiz foi a seguinte: “Quem sou eu? Como posso sentir medo de uma pessoa por ela ser negra? Será que sou branca?”. Eu tinha 16 anos, e aquela pergunta foi fundamental para a minha vida. Como eu poderia ter medo de um outro ser humano em função de suas características raciais?

Essa experiência foi fundamental e marcou a minha vida para sempre. Naquele momento, compreendi que não era branca, era negra e era uma coisa absurda ter medo de um ser humano em função das suas características raciais. A partir daí, a minha vida mudou. Não me tornei imediatamente militante. Essa experiência foi ainda muito pessoal.

Edna Roland

Voltei para o Brasil usando cabelo *black power* – à época Angela Davis era a grande musa do Movimento Negro internacional. No ano seguinte, fui para a Bahia e comprei todos aqueles colares com símbolos dos orixás, e tudo o mais. Durante alguns anos, preocupei-me apenas com a minha própria identidade.

Só me tornei militante do Movimento Negro quando fui fazer mestrado na PUC, em São Paulo. No momento de escolher o tema da minha tese, resolvi fazer uma pesquisa a respeito do emprego doméstico, da relação entre mulheres, patroas e empregadas. Com isso, daí em diante, passei a estudar a questão racial.

Inicialmente, esse era um tema de trabalho, mas, depois, transformou-se em militância. Acabei abandonando o mestrado e me tornei militante do Movimento Negro. Hoje, já participei da criação de quatro organizações negras. Em abril de 1997, participei da criação da última organização, a "Fala Preta!" – organização de mulheres negras, da qual sou presidenta do Conselho Diretor. A "Fala Preta!" tem sede em São Paulo, atua em nível nacional e tem conexões internacionais com outras organizações negras e de mulheres.

É interessante também falar por que essa organização se chama "Fala Preta!". A nossa organização se chama "Fala Preta!" em função de uma diferença de percepção e de classificação entre as gerações existentes, hoje, em São Paulo e, talvez, também no Rio de Janeiro.

Houve um momento da nossa história em que muitos militantes negros rejeitaram o conceito de "pretos", à medida que a palavra "preto" foi identificada como uma denominação utilizada pela polícia ou até mesmo pelo IBGE e como uma categoria ofensiva. A palavra "preto" não caracterizava a maneira como nós nos víamos. Reivindicamos o termo "negro" como um termo que servia para afirmar a nossa identidade racial e recusamos o termo "preto". Mas, há alguns anos, em São Paulo, surgiu o movimento *rap*, composto por jovens que fazem uma música falada, um ver-sejar cantante; que deve ter parentesco com as emboladas do Nordeste. Eles são muito influenciados pela experiência do movimento cultural dos jovens dos Estados Unidos que recusaram o termo negro e passaram a se considerar pretos. Penso que tal posição tem influências internacionais: trata-se dos termos negro e *black* nos Estados Unidos, em que as gerações posteriores ao Movimento dos Direitos Civis passaram a definir-se como *black*. Esse referencial foi mais forte para os jovens do *rap* do que a nossa experiência histórica no Brasil. Depois de muita briga, de muita discussão, uma geração tentando convencer a outra do que era mais correto, resolvemos que quem se acha preto é preto e quem se acha negro é negro. Não vamos mais brigar por causa disso: a nossa briga é para transformar a nossa história e as nossas vidas.

Edna Roland¹

¹ Psicóloga, presidenta do Conselho Diretor da "Fala Preta!" – Organização de Mulheres Negras, membro do Grupo Consultivo e de Trabalho Internacional da Iniciativa Comparativa de Relações Humanas, *Fellow to Harvard Center for Population and Development Studies*.

Ao tratar de promoção da igualdade no emprego e na ocupação, o Ministério do Trabalho, com a parceria da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e da Organização Internacional do Trabalho – OIT, decidiu tomar uma decisão estratégica: dar destaque para duas formas de discriminação que acontecem cotidianamente nas nossas relações de trabalho: a discriminação de gênero, discriminação sofrida por todas as mulheres deste País ou em qualquer lugar neste planeta; e a discriminação étnica ou racial. A grande novidade nessa experiência histórica reside no fato de o Governo brasileiro, por meio desses dois órgãos e de uma entidade internacional, estar assumindo esse tema como discussão prioritária na sociedade brasileira.

Acho que isso é um fato político da maior importância. A Convenção nº 111 da OIT, que é de 1958, foi ratificada pelo Brasil somente em 1965, ou seja, o Governo brasileiro levou sete anos para ratificar a Convenção e cerca de 30 anos, após a ratificação da mesma, para reconhecer que havia discriminação de raça e de gênero no Brasil. Foi devido a uma denúncia de discriminação racial, apresentada à OIT, pelas Centrais Sindicais do Brasil, que fez com que o Governo brasileiro tivesse de reconhecer a existência de discriminação racial no mercado de trabalho no País. A partir desse reconhecimento, o Governo teve que dar resposta à OIT e começar a apresentar propostas de implementação da Convenção nº 111. É em decorrência desse fato que estamos hoje aqui reunidos.

Segundo o Dr. Mário Ackerman³, a Convenção nº 111 parte de dois princípios fundamentais: o *princípio da liberdade* e o *princípio da igualdade*. A questão que se coloca para nós é em que medida esses dois princípios têm existência real? Em que medida, de fato, existe igualdade de oportunidades? Em que medida os indivíduos dispõem de condições de liberdade para realizar as suas necessidades, os seus planos e os seus sonhos?

Ao mesmo tempo em que nós vivemos numa sociedade que afirma que esses dois princípios são fundamentais, pois são princípios filosóficos que dirigem a nossa vida, vivemos numa sociedade que, concretamente, é absolutamente desigual; uma sociedade de classes em que constatamos, a cada dia, que a igualdade e a liberdade não se realizam da mesma forma. No Brasil, 1% da população é proprietária de mais da metade da riqueza do País. Só em Botsuana, na África, há maior desigualdade do ponto de vista social do que no Brasil. Sem em nenhum momento desconsiderar as outras categorias: religião, deficiência física, orientação sexual, idade ou quaisquer

² Condensação de exposições proferidas durante os seminários sobre *Gênero e Raça e a Promoção da Igualdade de Oportunidades*, realizados nos estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, durante o ano de 1998.

³ Consultor da OIT para a América Latina. Ver *A Convenção nº 111 e a Promoção da Igualdade de Oportunidades na Negociação Coletiva*. Publicação Brasil, Gênero e Raça, 1998.

outras que possamos mencionar, não podemos deixar de considerar que a sociedade brasileira não se reproduz, como ela existe hoje, se não puder contar com as desigualdades de gênero e de raça. A questão que se coloca para nós é compreender por que existe discriminação de gênero e por que existe discriminação de raça.

“... A sociedade brasileira não se reproduz, como ela existe hoje, se não puder contar com as desigualdades de gênero e de raça”

A idéia da igualdade pode ser pensada em diferentes níveis e remete, imediatamente, para a idéia de cidadania. Podemos pensar em termos de cidadania civil, o que nos lembra o memorável movimento dos direitos civis dos negros americanos, que questionava a igualdade sob o ponto de vista dos direitos do cidadão. Quando lutamos no Brasil contra a ditadura militar, estávamos atuando a partir de uma idéia de cidadania política, buscávamos a igualdade do ponto de vista político. Hoje, estamos discutindo a questão da igualdade e da desigualdade no emprego e no mercado de trabalho; estamos trabalhando com uma idéia de cidadania social. Trabalhamos numa sociedade em que, do ponto de vista real, essa igualdade não existe; do ponto de vista social, homens e mulheres não são iguais no nosso País; do ponto de vista real, negros e brancos não são iguais, e essa é a idéia-força que deverá nos impulsionar a partir de agora, no sentido de lutar, para que ela possa se tornar realidade.

Parece-me que um dos mecanismos sociais e ideológicos fundamentais para que essa sociedade continue se reproduzindo é o fato de que é desenvolvida uma série de idéias para justificar as desigualdades sociais e políticas.

A partir desses mecanismos, grande parcela da população passa a acreditar, por exemplo, que homens e mulheres são essencialmente desiguais, passam a acreditar que os homens foram feitos para o mundo do trabalho, para a vida política, para ocupar cargos de mando, para estar em posições de destaque, enquanto as mulheres são as figuras “doces”, destinadas à vida familiar, ao cuidado dos filhos e a fazer todos esses papéis que estão definidos como sendo os femininos na nossa sociedade. As desigualdades naturalizam-se, transformam-se em diferenças biológicas essenciais. Acredita-se que seja biológico aquilo que, na verdade, é produzido a partir da cultura e da sociedade. Sendo biológico, não há nada que possa ser feito para mudar. As pessoas nascem assim, vão crescer assim, vão morrer assim, porque é algo que pertence ao reino da natureza. As mulheres não foram feitas para o poder, as mulheres não foram feitas para o mundo do trabalho, não foram feitas para competir, para disputar cargos e espaços na sociedade; mulher é uma coisa diferente, é mais delicada, é mais sensível, precisa de proteção, precisa ter um homem!

Enfim, se acreditarmos na idéia de que essa diferença é natural ou biológica, de que é essa a ordem natural das coisas, tudo fica como está, tudo fica muito bem. Não se questionará essa ordem, porque não se perceberá que, na verdade, essa divisão de papéis, essa divisão de funções na sociedade em que nós vivemos é uma diferença que foi produzida histórica e socialmente, e que continua sendo mantida.

As relações de gênero têm que ver com as formulações culturais que definem o papel do masculino e do feminino em cada sociedade, a maneira como cada sociedade vai definir o que é feminino, o que é masculino. A sociedade brasileira pode considerar, por exemplo, inadequado que uma mulher dirija tratores, dirija caminhões de carga pesada e, na antiga União Soviética ou nos Estados Unidos, por exemplo, essas funções já podem ser definidas como sendo adequadas às mulheres, funções para as quais elas estão preparadas para enfrentar.

A questão de gênero é uma idéia bem mais recente que a questão da percepção da diferença de sexo. Refere-se a diferenças culturais, construídas pela sociedade e apoiadas em diferenças que são inicialmente biológicas. Quais são as diferenças biológicas entre homens e mulheres, se extrairmos tudo o que é social, tudo o que é cultural, tudo o que é história, antropologia e tudo o que é construído pelas sociedades? O que vai restar, no final, de diferenças entre homens e mulheres?

Há algumas autoras feministas que consideram que as únicas diferenças biológicas entre homens e mulheres – aquelas diferenças que não são passíveis de serem transformadas pela cultura e que não são explicadas nem pela cultura, nem pela história – são apenas quatro: 1. os homens têm o poder de fecundar a mulher; e a mulher por sua vez: 2. menstrua; 3. gesta e 4. amamenta. São essas as quatro únicas diferenças biológicas fundamentais e essenciais que existem entre homens e mulheres. Por enquanto, pelo menos, com todas as mudanças tecnológicas que estão acontecendo no campo da reprodução, já é possível que duas mulheres sejam mães de uma única criança: um médico pode extrair o óvulo de uma mulher, realizar a inseminação artificial fora do corpo, num laboratório, e depois inserir esse óvulo fecundado no corpo de uma segunda mulher. A partir das técnicas de inseminação artificial, já se tem hoje em dia uma discussão a respeito de quem é a mãe dessa criança: é a mãe que deu o óvulo ou é a mãe que gerou a criança durante os nove meses da gravidez?

“... A questão de gênero refere-se a diferenças culturais, construídas pela sociedade e apoiadas em diferenças que são inicialmente biológicas”

Se isso já é possível, por que não podemos imaginar que, em um pouco mais de tempo, será possível que esse ovo fecundado, ao invés de ser inserido no útero da mulher, possa ser inserido no abdômen de um homem, e ele seja capaz de gestar? Freud falou muito da inveja das mulheres, mas eu acho que também há muita inveja dos homens em relação às mulheres e, certamente, com relação a um dos maiores poderes da mulher, que é o poder da gestação da vida.

Enfim, aparentemente brincando, estamos falando de coisas que são muito sérias e muito importantes e que têm conseqüências sociais e políticas. As tecnologias de reprodução provocam um forte impacto na vida de homens e mulheres na nossa sociedade. Há muitos estudiosos, hoje em dia, que analisam essas questões, porque ninguém tem respostas já prontas para definir uma série de problemas que são criados pelo uso das novas tecnologias reprodutivas.

Acredito que, do ponto de vista das relações de gênero, Dr. Ackerman analisa, brilhantemente, os prejuízos que o homem também tem em função das relações de gênero opressivas que existem em nossa sociedade. As relações de gênero não são opressivas apenas para as mulheres, elas também causam determinados prejuízos e determinadas perdas para os homens em outra esfera da vida. Os homens só vão poder compreender isso se, eventualmente, abrirem mão dos seus privilégios. Enquanto eles encararem o âmbito da reprodução apenas como "trocar fralda é coisa de mulher", sendo o ônus da reprodução, e não forem capazes de reconhecer os prazeres e os benefícios que a reprodução oferece aos seres humanos, tais como os sentimentos que se podem estabelecer entre pais e filhos, a intimidade que uma mãe pode viver na relação com o seu filho e que, muitas vezes, os homens ficam completamente fora disso porque não convivem com a criança no seu dia-a-dia; enquanto os homens não forem capazes de valorizar essa experiência, da mesma forma como valorizam estar no trabalho, ganhar o dinheiro no final do mês, acredito que não estarão dispostos a abdicar dos privilégios que lhe são concedidos na sociedade.

A introdução desse conceito de gênero foi seguida pelo desenvolvimento da chamada teoria de gênero, que implica uma abordagem relacional, na qual se reconhece que os papéis de homem e de mulher são interligados. Não é possível falar de homem sem, ao mesmo tempo, falar de mulher e compreender como os dois papéis estão relacionados. Quando se introduz essa idéia de que ao se falar em gênero está-se falando de uma relação de dois papéis que estão interligados, começamos a compreender que não dá para modificar o papel da mulher na sociedade em que vivemos sem se modificar também o do homem. Essa é uma primeira noção importante quando se começa a trabalhar com a noção de gênero. Mas a teoria de gênero foi mais radical que isso. Não somente ela compreende que esses dois papéis são interligados e que se se mexer em um pólo – para provocar uma mudança que seja realmente duradoura – é necessário provocar uma mudança também no outro lado, como reconhece também que, além das desigualdades de gênero, existem outras desigualdades, outras hierarquias na sociedade, que estão também umbilicalmente ligadas aos papéis masculinos e femininos e, portanto, não se podem promover mudanças efetivas e duradouras nos papéis de gênero, feminino e masculino, se não se operar sobre as outras hierarquias, que são fundamentais e existem na nossa sociedade. E aí entra a questão da hierarquia de raça.

Eu falava, anteriormente, da importância das relações de gênero e das relações raciais para a reprodução das sociedades de classes, da sociedade desigual na qual vivemos. Da mesma forma, para que as relações de gênero possam existir na nossa sociedade, que também é racista, é necessário que as desigualdades entre pessoas pertencentes a diferentes raças existam e se reproduzam para que as relações desiguais de classe e de gênero possam ser mantidas. Vou apresentar um exemplo bem simples para explicar o que eu estou dizendo.

É sabido e discutido, pelo menos no interior do Movimento de Mulheres Negras, que uma grande parcela da chamada liberação das mulheres de classe média foi feita à custa das mulheres pobres e negras. No Brasil, a

partir, principalmente, da década de 60, à medida que a mulher de classe média pretendeu conquistar seu espaço no mercado de trabalho, indo à luta e saindo de um papel puramente doméstico para o mercado de trabalho, o homem não modificou o seu papel, não se modificaram as relações no campo do espaço privado da casa. O que aconteceu, então?

"... É necessário que relações de desigualdade entre pessoas pertencentes a diferentes raças existam e se reproduzam para que as relações desiguais de classe e de gênero que existem possam ser mantidas"

Para que a mulher pudesse sair, ela precisou colocar uma outra mulher, de uma outra classe social, de uma outra raça, dentro de casa, para substituí-la no seu papel, já que o papel do homem ficou intocável. Ele continuou o chefe de família, o dono da casa, que cumpre sua jornada de trabalho, chega em casa e quer o chinelo, o jornal, a televisão, o jogo de futebol. Se não se modificarem as relações de gênero, essa liberação da mulher só vai ser possível se houver uma outra mulher, de uma outra categoria social, para substituí-la, ou seja, não há necessidade das relações de opressão do ponto de vista racial para se poderem reproduzir as relações de gênero e as relações de classe como elas existem na nossa sociedade.

Dr. Ackerman costuma dizer que quando estamos numa situação de discriminação – e no nosso caso aqui o exemplo prioritário seria a questão do mercado de trabalho –, se configura uma relação tripartite: temos um(a) empregador(a) que discrimina; temos um trabalhador(a) que é discriminado(a); e temos um(a) trabalhador(a) que é beneficiado(a). Essa é uma questão essencial sobre a qual precisamos refletir, se nós, de fato, queremos enfrentar o problema da promoção da igualdade, pois há um(a) trabalhador(a) discriminado(a), e há um(a) trabalhador(a) que se beneficia da discriminação, e se estamos falando da discriminação de gênero, isso significa que há um homem que se beneficia da discriminação sofrida pelas mulheres.

"... Se quisermos promover uma sociedade mais justa e mais igualitária, precisamos focalizar as relações de desigualdade e de opressão que existem em nosso País nas dimensões fundamentais de gênero, raça e classe"

Podemos discutir o que acontece, por exemplo, no âmbito do mercado de trabalho naquele momento em que a discriminação ocorre. Há uma mulher que é discriminada e há um homem que se beneficia da discriminação que a mulher sofreu. Da mesma forma, se se trata de discriminação de raça ou étnica, há um negro ou uma negra que são discriminados e há um(a) branco(a) que se beneficia. Essa é uma questão que precisamos enfrentar seriamente, pois precisamos saber em que medida os que se beneficiam da discriminação estão ou estarão dispostos a abrir mão dos benefícios que têm, que são decorrentes do processo de discriminação. Se quisermos promover uma sociedade mais justa e mais igualitária, precisamos focalizar as relações de desigualdade e de opressão que existem em nosso País nessas três dimensões fundamentais – gênero, raça e classe –, sem, em nenhum momento, desconhecer que existem outras formas de desigualdade e de opressão que também têm de ser reconhecidas e tornadas visíveis.

A partir desse momento, gostaria de falar a respeito da questão raça, bem como do debate que envolve a noção de raça. Será que quando falamos de *raça*, de diferenças raciais e desigualdades raciais, estamos falando de desigualdades biológicas e essenciais entre seres humanos? É possível, a partir de um observador comum, olhar para qualquer conjunto de população humana e dizer, claramente, quais são os grupos raciais ou os grupos étnicos que compõem aquela determinada população? Podemos saber claramente onde começa um grupo e onde termina outro e de que forma eles são facilmente distinguíveis e separáveis? Qualquer pessoa vai fazer o mesmo tipo de classificação, quando estamos falando de grupos raciais e de relações raciais?

"... O que há de igual e o que há de semelhante entre os seres humanos é muito maior do que há de diferente do ponto de vista da aparência"

Em primeiro lugar, é preciso deixar explícito que, quando falamos de raça, estamos falando a respeito das diferenças de aparência que existem entre os seres humanos, as quais são produzidas por um pequeno número de gens. Somos produtos de uma composição de uma enorme quantidade de gens. Cada um de nós tem um patrimônio genético que herdou do seu pai e da sua mãe, mas as chamadas diferenças raciais são as que se observam no que os geneticistas chamam de fenótipo, ou seja, temos um código genético que está impresso em todas as células do nosso corpo e esse código genético se exprime de uma determinada forma: alguns desses gens se expressam no tipo do cabelo, na cor do cabelo e da pele, nas características do nariz, do olho, etc. Normalmente, dá-se muita importância, quando se trata da classificação racial, para as diferenças do rosto, porque esse é o que é mais visível, é o que está "na vitrine". Essas características têm muito peso quando nos referimos à distinção racial. Tais diferenças são uma parcela mínima da herança genética que cada um de nós tem. Sob a ótica da genética, o que há de igual e o que há de semelhante entre os seres humanos é muito maior do que há de diferente. Essa é a primeira noção importante na discussão a respeito de raça.

Em segundo lugar, observemos que se submetemos dois indivíduos considerados do mesmo grupo racial a um exame genético no sentido de compararmos as semelhanças e diferenças entre os dois grupos raciais, sejam as duas pessoas brancas, asiáticas ou negras, provavelmente, vamos encontrar uma maior diferença genética entre os dois indivíduos de um mesmo grupo racial do que se compararmos a média genética do grupo branco com a do grupo negro ou a do grupo asiático. A variabilidade genética que ocorre dentro de um mesmo grupo racial é maior do que a que se encontra entre um grupo racial e outro. Portanto, quando falamos de raça, não estamos falando de diferenças genéticas propriamente, da expressão no fenótipo das diferenças entre um pequeno número de gens que diferencia os seres humanos.

Todavia, essas pequenas diferenças do ponto de vista genético foram utilizadas social, histórica e culturalmente para classificar as pessoas. E em função dessa classificação foram estabelecidas hierarquias sociais entre os

seres humanos. Essas diferenças de fenótipos servem de base, seja para privilégios de alguns ou para discriminação e opressão que outros indivíduos sofrem. É essencial compreendermos que, quando estamos falando de raça, estamos falando de construções históricas, de idéias construídas socialmente. A maneira como a sociedade brasileira classifica as pessoas do ponto de vista racial não é a mesma como as sociedades mexicana, americana ou mesmo como a da África do Sul classificam. Cada sociedade classifica os indivíduos que compõem a sua população de uma determinada forma. Essa maneira como as pessoas são classificadas tem a ver com a experiência histórica daquele povo num determinado momento. A classificação utilizada pode ser uma, depois ela pode modificar historicamente.

"... As pequenas diferenças genéticas foram utilizadas social, histórica e culturalmente para classificar as pessoas. E em função dessa classificação foram estabelecidas hierarquias sociais entre os seres humanos"

Tive a oportunidade de ter acesso a uma bibliografia norte-americana em relação a essa discussão da raça e li coisas muito interessantes a respeito de como é que se foi construindo historicamente nos Estados Unidos a idéia de quem era branco. Por exemplo, os irlandeses, no início, não eram brancos, eles eram "irlandeses", eles não faziam parte do grupo branco nos Estados Unidos porque eram católicos, o que já era uma diferença fundamental entre eles e os puritanos e os outros grupos religiosos protestantes. Havia uma série de diferenças culturais pelas quais os irlandeses eram discriminados. Quando eles migraram para os Estados Unidos, houve um período histórico muito longo até que fossem vistos e considerados como brancos. Os italianos também não eram considerados brancos, eles eram vistos como "italianos", não faziam parte do grupo de brancos, porque a definição de branco nos Estados Unidos voltava-se exatamente para o grupo que tinha privilégios, o grupo que tinha acesso aos benefícios da sociedade.

Há alguns anos, estive na Malásia, em um encontro de mulheres, e descobri que a sociedade daquele país é constituída fundamentalmente por três grupos étnicos: os chineses, que são ricos e controlam a vida econômica; os malaio, que são os autóctones, controlam o poder político, o aparelho do Estado; os hindus, que não têm o poder econômico nem o poder político e são discriminados socialmente tanto pelos malaio quanto pelos chineses. Os chineses têm o poder econômico, mas não têm o controle político. O poder econômico e o poder social são separados na Malásia, ao ponto de o governo malaio desenvolver políticas de população diversificadas para os diferentes grupos étnicos. Há políticas de controle populacional destinadas aos hindus, porque são considerados como inferiores e incapazes; todos os estereótipos que atingem os negros e os indígenas no Brasil são atribuídos aos hindus na Malásia. O governo desenvolve políticas de estímulo da natalidade para os grupos malaio, que se autodefinem como o grupo eleito, o grupo superior, que tem o controle político do país. Há um controle de população para os hindus e um estímulo à natalidade para as mulheres do grupo malaio.

"... A cada momento histórico, a sociedade redefine quem são os grupos que são vistos como os eleitos, que são melhores, que são superiores e os que são tidos como grupos inferiores"

Portanto, no que se refere a raça, o que importa não é tanto a biologia ou a genética, mas, sim, como essas diferenças de aparência são percebidas socialmente e o impacto que causa no destino social de cada um de nós. Há alguns dias, estivemos em Mato Grosso do Sul, num seminário como este, em que se falava sobre a promoção da igualdade. Naquela comunidade, há um grupo étnico extremamente importante, os indígenas. Descobri que, naquele estado, há um outro grupo discriminado, os paraguaios. Como aquela é uma região de fronteira e como há uma série de problemas sociais, políticos e econômicos que envolvem a relação entre brasileiros e paraguaios – possivelmente há os estereótipos quanto à questão do contrabando, do tráfico de drogas –, uma pessoa, por ser paraguaia, já é imediatamente candidata a ser discriminada socialmente em Campo Grande. Em Mato Grosso do Sul, ser indígena ou ser paraguaio determina o destino social de cada um, mas há também os grupos indígenas que, neste momento no País, talvez até mais do que nós, negros, sejam um outro segmento tão ou mais discriminado quanto nós, porque é um outro que está ameaçado inclusive de desaparecimento; é um outro esquecido que passou por um processo de genocídio ainda mais profundo do que o nosso e está, em alguns casos, a ponto de desaparecer, isolado em pequenos grupos. Em outras regiões, por exemplo no Nordeste, as categorias utilizadas, que terão um impacto no destino social dos indivíduos, serão outras.

A cada momento histórico, a sociedade redefine quem são os grupos que são vistos como eleitos, os que são melhores, que são superiores e os que são tidos como grupos inferiores. O que é importante é retermos aquela idéia de que, geralmente, essas diferenças vão-se tornando naturais, vão sendo "biologizadas". É essa a maneira ideológica que uma sociedade racista e desigual utiliza para explicar por que um determinado grupo é marginalizado, por que um determinado grupo é mais pobre, tem menos acesso, ocupa os piores lugares numa determinada sociedade.

Geralmente, utiliza-se uma explicação biológica, fala-se da inferioridade daqueles indivíduos para que eles sejam responsabilizados pela sua própria situação de marginalização. A sociedade não reconhece a existência de mecanismos sociais efetivos que obriguem essas pessoas a permanecer numa situação de desigualdade e lança mão de explicações biológicas para dizer que eles são inferiores, são preguiçosos. É a crítica a essa "biologização" das desigualdades sociais, culturais e históricas que nós precisamos fazer quando tomamos a decisão de nos engajar no processo de combate à desigualdade e nos engajar na promoção da igualdade entre todos na sociedade em que vivemos.

No caso da experiência brasileira, temos geralmente uma grande dificuldade de classificar os grupos raciais existentes no País, porque no Brasil operamos com a noção de um contínuo de cor resultante dos contatos inter-raciais. No Brasil, estes têm sido bastante extensivos ao longo de nossa história, constituindo-se a população negra brasileira em quase metade

da população. Então, no mínimo, o negro é um outro que incomoda muito, porque não dá para esconder em pequenas reservas, em lugares distantes – o negro está em toda a parte: Santa Catarina que é o estado mais branco deste País, tem 22% de população negra. Quando falo de população negra, estou utilizando conceito assumido pelo IBGE, que é o conceito de todos os descendentes, todos os que se identificam no censo como *pretos* ou *pardos*. A população negra brasileira constitui-se de 39% de auto-identificados como *pardos*, e 5% de auto-identificados como *pretos*, conforme dados do censo de 1991. Ainda não sabemos o que vai acontecer no censo do ano 2000, e eu considero que ainda estamos numa luta para a redefinição das categorias. O IBGE já deu como encerrada essa questão, mas eu, militante do movimento negro, não considero que essa questão esteja fechada e chamo parceiros e parceiras que estejam dispostos a, juntos, comigo e com a Organização da qual faço parte, a tentar reabrir um processo de discussão e de diálogo com o Governo brasileiro por meio do IBGE, mesmo que não possamos mais redefinir as categorias para o Censo 2000.

Em outras sociedades, poderemos encontrar os chamados grupos raciais de forma mais isolada e, assim, poderemos distinguir mais claramente as diferenças raciais existentes naquela sociedade, mas a maneira como esses grupos são percebidos e como são classificados tem que ver com as idéias, com as concepções produzidas por aquela sociedade.

No caso da sociedade americana, por exemplo, o que tem vigido até o momento é que se considera mais o critério birracial, ou seja, a antiga noção de que se o indivíduo tem uma gota de sangue negro, ele é negro, não importando a aparência física que ele tem, a cor da pele, as características do cabelo e tudo o mais. O que importa é a sua herança, a sua origem.

"... Para o Movimento Negro brasileiro, são negros todos os descendentes de africanos do Brasil, independentemente da cor da pele, das características do cabelo, do nariz e de quaisquer outros sinais"

Já a sociedade brasileira tem produzido, ao longo dos séculos, uma idéia que é mais multirracial, ou seja, trabalhamos com um conceito de cor – que vai do preto-azeviche, passando por diversas tonalidades até chegar ao branco-neve – por meio do qual se distribui a população brasileira. Obviamente, isso tem conseqüências, tanto do ponto de vista da experiência das relações raciais, como existem no Brasil, como da maneira como vamos trabalhá-las. Quando resolvemos trabalhar com políticas públicas, que lidam com a questão de raça, há conseqüências importantes na maneira como se classificam os indivíduos. Frequentemente, argumenta-se no Brasil que é muito difícil se trabalhar com a questão de raça e se incorporar essa variável no campo das políticas públicas justamente porque há toda essa diversidade racial no Brasil e fica difícil categorizar, classificar os indivíduos.

Para o Movimento Negro brasileiro, são negros todos os descendentes de africanos no Brasil, independentemente da cor da pele, das características do cabelo e do nariz e de outros sinais, que, frequentemente, são utilizados no Brasil para definir a pessoa, do ponto de vista racial. Para o Movimento Negro brasileiro não importa o fenótipo, a aparência da pessoa; o que

importa é, de certa forma, a sua origem africana. Se a pessoa tem um ascendente africano na sua história, para o Movimento Negro essa pessoa faz parte da população negra do Brasil.

Diante dessa questão, eu gosto de dizer que um povo só inventa muitas palavras para descrever algo quando "este algo" é muito importante para ele. Se não é importante, para que se vai gastar tempo inventando termos para descrevê-lo? Os esquimós, que vivem naquelas condições difíceis do ponto de vista do ambiente natural, inventaram uma infinidade de termos para descrever o gelo e a neve, porque dessas palavras que eles inventaram para descrever o seu ambiente físico depende sua sobrevivência. Eles precisam usar diferentes termos para saber a espessura do gelo, a fim de saber se ali podem encontrar alimento, se ali há condições de se transportarem, de acordo com as características que o gelo apresenta. Para nós aqui, gelo é gelo, não importa se é em bolinhas, em barras, não é algo essencial para a nossa sobrevivência física e social.

"... Uma das características do racismo no Brasil é exatamente a negação da sua existência, idéia essencial e fundamental para a reprodução e para a manutenção da desigualdade racial no Brasil"

Então, temos de nos perguntar: por que será que no Brasil os brasileiros inventaram mais de cem termos para descrever a característica racial das pessoas? Acho que essa diversidade de palavras, ao invés de ser um indício de que é algo intratável, de que é algo que não pode ser captado por políticas públicas, é, pelo contrário, um indício da importância dessa questão e da necessidade de políticas públicas que realmente possam promover a igualdade racial em nosso País.

Gostaria de destacar também que uma das características do racismo no Brasil é exatamente a negação da sua existência. Essa é uma idéia essencial e fundamental para a reprodução da desigualdade racial no Brasil: afirmar que não existe racismo. E também para justificar a opressão racial, mais especificamente contra os homens negros e mais ainda contra os jovens homens negros, que é levada a cabo pelo aparelho do Estado, por meio da polícia e do Poder Judiciário. Isso combina com o cotidiano de uma aparente aceitação e incorporação social, do qual fazem parte medidas de discriminação veladas e sutis.

O que mais caracteriza a forma de opressão racial no Brasil é o papel fundamental da internalização da opressão, diferentemente dos Estados Unidos, onde a segregação foi legalizada, e da África do Sul, onde também o *apartheid* foi legal. Aqui, entre nós, o racismo opera a partir da internalização da suposta inferioridade dos negros, como um mecanismo de controle dos indivíduos negros, para os quais o sistema propõe o ideal do branqueamento. Não é à toa que a população negra se classifica de diversas maneiras e essa múltipla classificação resulta numa população fragmentada do ponto de vista de identidade. Não existe uma identidade negra construída. A proposta ideológica do branqueamento se expressa, inclusive, na tendência por parte dos homens negros de escolher uma parceira mais clara.

Para o funcionamento do sistema de opressão racial no Brasil, é essencial a noção de cor, que permite a fragmentação da população negra. Em contrapartida a essa fragmentação, é necessária a construção de uma identidade racial, a partir da afirmação de que são negros todos os descendentes de origem africana no País. Existe todo um processo sistêmico de produção de desigualdades que se vai acumulando mesmo antes de o indivíduo nascer, mesmo nas condições em que ele ou ela são gerados, e isso vai-se acumulando por meio de uma série de mecanismos sociais.

A desigualdade étnica e racial é produzida pelos meios de comunicação, pela ausência de imagens de pessoas negras que possam representar imagens positivas para as crianças, para os jovens e mesmo para os adultos. É produzida pela ação brutal da polícia e de outros instrumentos como a Justiça, que tratam desigualmente os acusados, conforme já demonstrado em pesquisas realizadas.

"... O sistema propõe o ideal do branqueamento para os indivíduos negros. Não é à toa que a população negra se classifica de diversas maneiras e essa múltipla classificação resulta numa população fragmentada"

No Brasil, a sua vida pode ser determinada, em grande parte, pela aparência física, pelas características raciais que você apresenta. Você poderá ter mais ou menos oportunidades no mercado de trabalho ou no emprego, poderá circular em certos ambientes sociais ou ser impedido de circular nesses ambientes, ou poderá ser abordado pela polícia e ser morto, a partir das suas características raciais.

Discriminação racial e racismo não são coisas marginais, não dizem respeito a alguns setores da sociedade ou a alguns grupos. Não se trata de algo que só importa aos negros ou aos grupos indígenas. A reprodução do racismo, a discriminação racial, é um mecanismo essencial e fundamental da sociedade de classes na qual vivemos. É um mecanismo tão essencial quanto à discriminação de gênero, quanto à discriminação da mulher.

Nesse sentido, como a sociedade de classes faz uso da mão-de-obra feminina? Há momentos em que a sociedade de classes convoca as mulheres para entrar no mercado de trabalho. As mulheres são convocadas, mas, como são rotuladas como inferiores, como seres humanos que têm uma menor quantidade de neurônios, como incapazes e como menos inteligentes, não merecem receber o mesmo salário que os homens. Convoca-se essa mão-de-obra e a mantém numa posição fragilizada, pagando-se salários menores. Inclusive, quando os salários dos homens começam a subir muito, convocam-se mais mulheres. Se se tratar de um setor em que se pode colocar as mulheres competindo com os homens, pode-se provocar, inclusive, redução salarial para estes, convocando-se uma maior participação de mulheres.

Da mesma maneira, quando há uma força de trabalho segmentada em diferentes grupos étnicos – negros, indígenas... Também é definido o "trabalho de negro", que é menos valorizado, pelo qual se pode pagar um salário inferior; nesse caso, podem não ser oferecidas condições adequadas de

trabalho. Na construção civil, isso ocorre freqüentemente. Os negros trabalham sem a proteção necessária; a todo momento, um trabalhador cai e se torna apenas mais um número na estatística dos acidentes de trabalho neste País. Isso não provoca nenhum repúdio público. É dito: "Esse povinho é desqualificado. São meio embrutecidos, meio animais. Eles não merecem viver em condições adequadas, não merecem ter garantias no exercício do trabalho."

A discriminação racial e a discriminação contra a mulher são mecanismos essenciais para se poder controlar e domesticar a força de trabalho em uma sociedade. Qual a idéia que está implícita nesse processo de discriminação? Como é possível se desqualificarem as mulheres, as trabalhadoras e os trabalhadores negros? A concepção ideológica fundamental, que está na base desses processos de discriminação e que permite que os mesmos ocorram, é a idéia de uma diferença biológica, de uma diferença essencial, de uma inferioridade essencial desses grupos.

Na sociedade de classes, afirma-se que todos são iguais, mas como vamos acreditar nisso, se percebemos que existe uma profunda desigualdade no mundo? A sociedade de classes precisa explicar por que alguns poucos são privilegiados e por que a grande maioria vive na miséria. Se, supostamente, há oportunidades iguais para todos, como há tanta desigualdade? A explicação racista e sexista surge justamente para explicar essas desigualdades.

"... Nós, mulheres, negros, trabalhadores, precisamos tomar a Convenção nº 111 nas nossas mãos e utilizá-la como um poderoso instrumento para a promoção da igualdade"

A última questão que gostaria de abordar é que acredito que a Convenção nº 111 é, sem dúvida, um poderoso instrumento para a promoção das ações afirmativas. Acho que nós mulheres, negros, trabalhadores precisamos tomar essa Convenção nas nossas mãos e utilizá-la como um poderoso instrumento para a promoção da igualdade. Aqui, como em outros países, como a Argentina, existem algumas propostas já sendo implementadas de ações afirmativas em relação às mulheres.

As mulheres já estão avançando e se beneficiando do conceito de ações afirmativas em alguns espaços sociais. A CUT, por exemplo, já assume a proposta de que 30% dos cargos de direção devem ser ocupados por mulheres. Não basta, entretanto, você simplesmente dizer que precisa ter 30% de mulheres, de nomes, para concorrer às eleições, se você absolutamente não oferece condições para essas candidatas mulheres. Não é que a proposta dos 30% seja ruim, é que ela é insuficiente. Nós queremos mais, além de ter 30% eventualmente, nós precisamos de fato, ter recursos, os partidos precisam oferecer recursos para as mulheres poderem realmente concorrer em condições de igualdade com os homens.

Além disso, não é uma questão apenas de recursos, sabemos também que há toda uma dificuldade para as mulheres atuarem no âmbito da luta partidária, porque esta, como também no âmbito do movimento sindical e outros espaços sociais, se dá num espaço que vem de uma experiência

profundamente machista. O grau de competição, e tudo mais que ocorre nesses espaços sociais, dificulta, de forma muito poderosa, a participação das mulheres, que não foram tão treinadas para esse tipo de prática no cotidiano. Eu não estou dizendo que somos santas, mas que absorvemos menos as práticas patriarcais desenvolvidas, principalmente, no campo da vida política e sindical.

Apesar de tudo, os ideais feministas, especialmente se articulados a uma perspectiva anti-racista, representam uma possibilidade de uma outra forma de viver, e eu acho que é isso, essa utopia que precisa ser assumida por nós, onde quer que estejamos, seja na Delegacia Regional do Trabalho, seja como militantes de um movimento, como consultor da OIT. Precisamos ter a coragem de viver os valores que defendemos, aqueles em que acreditamos. Esse é o desafio principal.



... e pardo, utilizai a categoria ...
... os resultados ...
... as categorias utilizadas ...
... as seguintes: branca, parda, ...
... e igual a toda ...
... as formas de ...
... foram utilizadas ...
... de vista racial ...

... numa pesquisa feita pelo IBGE há alguns anos, em que não ...
... as categorias, as pessoas falavam da maneira como se ...
... entrevistados utilizaram mais de 100 denominações para se ...
... Isso, por um lado, pode ser entendido como uma expressão ...
... da diversidade racial existente no Brasil, em função da miscigena- ...
... por outro lado, pode ser uma expressão da importância dessa ...

A questão racial é extremamente sensível no Brasil. A partir da maneira ...
... como a pessoa se vê e se apresenta, implicando o acesso ou a falta de acesso ...
... a determinados lugares, a determinados postos. A mobilidade social no Bra- ...
... é profundamente controlada e regulada pela maneira como cada um de ...
... nós é percebido socialmente.

Além da autorclassificação que todos fizeram, pedimos que algumas ...
... pessoas classificassem todos os componentes da sala. Não sei se essas ...
... pessoas já fizeram esse trabalho. Quero-me que cito ficaram incumbidas de ...
... classificar o conjunto das participantes.

Se cada um de nós classificasse as pessoas presentes de acordo com a ...
... raça, será que haveria um consenso? Recebi duas classificações. Em alguns ...
... casos, utilizei as categorias preta e parda e, em outros casos, utilizei a cate- ...
... goria oculto. Dependendo da categoria utilizada, varia o resultado a que se ...
... chega, porque a percepção medeia. Essa é uma questão importante.

Utilizando as categorias preta e parda, chega-se aos seguintes resulta- ...
... dos. Uma pessoa considera que, nesta sala, há 3 pessoas pretas; outra ...
... pessoa considera que há 11 pessoas pretas; outra pessoa disse que há ...
... 25% de pessoas pretas. Uma outra pessoa considerou que há 12 pessoas

Com esse exercício, podemos refletir um pouco a respeito das relações raciais no Brasil, da diversidade racial existente e da nossa própria percepção. Como nos percebemos? Como nos filiamos a um determinado grupo racial?

Num primeiro momento, solicitei às pessoas participantes que se classificassem livremente, respondendo à pergunta: *qual é a sua cor ou raça?*

Num segundo momento, foram distribuídas folhas de papel oferecendo as categorias oficiais de censo: *branca, parda, preta, amarela, indígena*. Para outras pessoas, ao invés das categorias *preta* e *parda*, utilizei a categoria *negra*. Como veremos, os resultados a que chegamos dependeram das categorias utilizadas.

E como resultado desse exercício, concluímos que as categorias utilizadas no primeiro momento por todos nós foram as seguintes: *branca, parda, negra, mulata, mestiça, morena clara, amarelo-escritório e igual a todo ser humano*. Essas foram as formas de autotransclassificação utilizadas pelos participantes. Portanto, foram utilizadas oito maneiras diferentes de autotransclassificação do ponto de vista racial no auditório.

No Brasil, numa pesquisa feita pelo IBGE há alguns anos, em que não foram oferecidas as categorias, as pessoas falavam da maneira como se percebiam, os entrevistados utilizaram mais de 100 denominações para se classificarem. Isso, por um lado, pode ser entendido como uma expressão da enorme diversidade racial existente no Brasil, em função da miscigenação, mas, por outro lado, pode ser uma expressão da importância dessa questão para a sociedade brasileira.

A questão racial é extremamente sensível no Brasil. A partir da maneira como a pessoa é vista socialmente, implicará o acesso ou a falta de acesso a determinados lugares, a determinados postos. A mobilidade social no Brasil é profundamente controlada e regulada pela maneira como cada um de nós é percebido socialmente.

Além da autotransclassificação que todos fizeram, pedimos que algumas pessoas classificassem todos os componentes da sala. Não sei se essas pessoas já fizeram esse trabalho. Parece-me que oito ficaram incumbidas de classificar o conjunto dos participantes.

Se cada um de nós classificasse as pessoas presentes de acordo com a raça, será que haveria um consenso? Recebi duas classificações. Em alguns casos, utilizei as categorias *preta* e *parda* e, em outros casos, utilizei a categoria *negra*. Dependendo da categoria utilizada, varia o resultado a que se chega, porque a percepção modifica. Essa é uma questão importante.

Utilizando as categorias *preta* e *parda*, chega-se aos seguintes resultados. Uma pessoa considera que, nesta sala, há 5 pessoas pretas; outra pessoa considera que há 11 pessoas pretas; outra pessoa disse que há 25% de pessoas pretas. Uma outra pessoa considerou que há 12 pessoas

pardas; uma outra pessoa disse que há 11 pessoas pretas e 13 pessoas brancas, e que o restante são pardas. Vocês estão acompanhando esse resultado?

Não se podem somar os resultados, temos de analisá-los separadamente. No outro caso, quando se utiliza a categoria *negra*, uma pessoa acha que há 12 pessoas negras na sala; outra acha que há 32 negras; e outra acha que há 47. Outra pessoa acha que há 18 pessoas brancas; outra acha que há 43; e outra acha que há 15.

O que podemos perceber, a partir desse levantamento, é que as categorias utilizadas no Brasil para descrever as pessoas do ponto de vista racial variam enormemente. E também varia a forma como cada um de nós define essas categorias. Uma pessoa acha que há 12 negros, e outra acha que há 42 negros na sala.

Portanto, critérios bastante diferentes para definir o que é negro estão sendo utilizados pelas pessoas. Não se trata do fato de uma pessoa estar certa, e a outra, errada, mas os critérios de definição do que é negro são muito diferentes na cabeça de cada um de nós.

Para o Movimento Negro brasileiro, são *negros* todos os descendentes de africanos do Brasil, independentemente da cor da pele, das características do cabelo e do nariz e de outros sinais, que, freqüentemente, são utilizados no Brasil para definir a pessoa, do ponto de vista racial. Para o Movimento Negro brasileiro, não importa o fenótipo, a aparência da pessoa; o que importa é a sua origem africana. Se a pessoa tem um ascendente africano na sua história, para o Movimento Negro, essa pessoa faz parte da população negra do Brasil.

Quanto à categoria *branca*, um grupo achou que há 30 pessoas brancas; outro grupo, 13; outro, 15; outro, 43; e outro, 18. Como *pardas*, um grupo apresentou 12; e outro, 48. Surgiu a categoria *preta*. Um grupo achou que há 5 pretas; e outro, 11. Quanto à categoria *negra*, um grupo achou que havia 47 negras; outro, 32; e outro, 12. Quanto à categoria *indígena*, um grupo achou que há 3 indígenas; e outro, que todas são indígenas.

Além das diferenças individuais existentes na maneira como cada um de nós se percebe e é percebido pela sociedade em que vive, sem dúvida há profundas diferenças regionais no Brasil.

Uma pessoa que, na Região Sul do País, é percebida como negra, pode, eventualmente no Nordeste, ser percebida como branca, porque, no Sul, há uma presença menor da população negra, um menor impacto quanto à questão da miscigenação e uma presença maciça de população de origem européia, marcadamente branca. Com isso, em qualquer nível de miscigenação no Sul, a pessoa já é percebida como negra, diferentemente do que ocorre no Nordeste, onde existe uma grande quantidade de pessoas de origem mestiça e onde há uma tendência de as pessoas de cor mais clara serem percebidas como brancas. Essa é outra idéia importante, que nos ajuda a compreender a questão das relações raciais no Brasil.

O que quero dizer com isso? Raça não existe do ponto de vista biológico. A partir desse ponto de vista, é tão complicado separar as pessoas no que se refere à *raça*, quanto foi complicado chegarmos a uma conclusão de quantos negros, brancos, pardos e mestiços existiam na sala. Quando falamos sobre *raça*, estamos falando da maneira como o fenótipo, é percebido sobre a aparência física que nos distingue uns dos outros, no que se refere, por exemplo, à cor da pele e ao aspecto do cabelo. Sem dúvida, existe uma variabilidade entre os seres humanos, mas é a partir das relações sociais que se constroem as "caixas," os "rótulos" que são utilizados para categorizar as pessoas



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ

branco, pardo ou amarelo? A discriminação não está ligada à

Edna Roland

exatamente o contrário? Essa pergunta é feita freqüen-

José Eduardo Pereira Filho

...a minha pergunta, eu gostaria de dizer que, quando você
...da Malásia, falou a respeito dos nativos, dos chineses e
...a minha reflexão o fato de que, naquele país - isso
...a discriminação está intrinsecamente ligada à po-
...e os malaios têm o poder político.
...são os pobres daquela sociedade.

Edna Roland

...um raciocínio contrário. Parece-me que, tanto na Malásia quanto
...é preciso que seja designado um grupo como inferior para tomar
...para expropriá-lo. Na Malásia, a sociedade malaia precisou con-
...os hindus como um povo inferior para reduzi-lo à pobreza, para expropria-
...os direitos e dos benefícios que são acessíveis ao restante da sociedade.
...do Brasil, é fácil compreendêmos isso, porque aqui vivemos a
...da escravidão. Primariamente, para que os negros pudessem ser
...da África para o Brasil e aqui serem transformados em trabalha-
...escravizados, era necessário que existisse uma ideologia na qual este-
...implícita que aqueles seres não eram humanos. Do contrário, não seria
...e eticamente aceitável que alguns seres humanos fossem trans-
...em trabalhadores escravos. Para se escravizar um outro ser huma-
...de transformá-lo em uma mercadoria, é preciso dizer que o mesmo
...é tão humano assim, é preciso desqualificá-lo na sua humanidade. Para
...é preciso ver o indivíduo como uma mercadoria, e não como uma
...pessoa: do contrário, não existem condições morais, éticas e políticas para
...transformá-lo em uma coisa de carga, como foram transformados os trabalha-
...escravos no Brasil.

Durante muito tempo, os negros trabalharam aqui como escravos. A
...abolição foi feita por uma lei, em que havia um voto por escravidão.

Condensação de um texto de Edna Roland, publicado no livro
"O Negro e a Questão da Raça", Rio de Janeiro, 1978.

José Eduardo Pereira Filho⁵

Eu gostaria de fazer uma primeira pergunta à Dra. Edna com relação aos aspectos econômicos. Será que a questão da discriminação de natureza étnica e racial não está basicamente vinculada aos fatores econômicos? Será que não é o pobre que é discriminado, seja ele preto, branco, pardo ou amarelo? A discriminação não está ligada a questão da pobreza e da miséria?

Edna Roland

Eu diria que é exatamente o contrário! Essa pergunta é feita frequentemente...

José Eduardo Pereira Filho

Para completar a minha pergunta, eu gostaria de dizer que, quando você tratou da questão da Malásia, falou a respeito dos nativos, dos chineses e dos hindus. Acrescentei à minha reflexão o fato de que, naquele país – isso ocorre aqui também –, a discriminação está intrinsecamente ligada à pobreza. Os chineses têm o poder econômico, e os malaaios têm o poder político. Portanto, os hindus são os pobres daquela sociedade.

Edna Roland

Tenho um raciocínio contrário. Parece-me que, tanto na Malásia quanto no Brasil, é preciso que seja designado um grupo como inferior para torná-lo pobre, para expropriá-lo. Na Malásia, a sociedade malaia precisou considerar os hindus como um povo inferior para reduzi-lo à pobreza, para expropriá-lo dos direitos e dos benefícios que são acessíveis ao restante da sociedade. No caso do Brasil, é fácil compreendermos isso, porque aqui vivemos a experiência da escravidão. Primeiramente, para que os negros pudessem ser traficados da África para o Brasil e aqui serem transformados em trabalhadores escravizados, era necessário que existisse uma ideologia na qual estava implícita que aqueles seres não eram humanos. Do contrário, não seria filosófica e eticamente aceitável que alguns seres humanos fossem transformados em trabalhadores escravos. Para se escravizar um outro ser humano, para transformá-lo em uma mercadoria, é preciso dizer que o mesmo não é tão humano assim, é preciso desqualificá-lo na sua humanidade. Para isso, é preciso ver o indivíduo como uma mercadoria, e não como uma pessoa; do contrário, não existem condições morais, éticas e políticas para transformá-lo em um burro de carga, como foram transformados os trabalhadores escravos neste País.

Durante muito tempo, os negros trabalharam aqui como escravos. A abolição foi feita por meio de uma lei, em que havia um único artigo que

⁴ Condensação de algumas perguntas nos debates realizados após as palestras.

⁵ Delegado Regional do Trabalho no Piauí.

estabelecia que a escravidão havia acabado no Brasil. Naquele momento, ninguém pensou em como ficariam todos aqueles trabalhadores, que, até então, eram escravos, que construíram este País durante 300 anos e que, durante todo esse tempo, não obtiveram nenhum tipo de benefício. De repente, essas pessoas foram transformadas em trabalhadores livres, mas não lhes foi dado nenhum tipo de indenização. Também não lhes foi oferecido acesso à terra e à educação. Como se sabe, durante todo o período da escravidão, os negros eram proibidos de freqüentar as escolas e de se educar. Havia leis que proibiam o acesso dos negros à educação.

Da noite para o dia, aquela massa de trabalhadores foi transformada em uma população excluída. Não eram mais trabalhadores. Imediatamente, surgiram idéias eugênicas e racistas.

Durante 300 anos, aqueles trabalhadores foram extremamente úteis na construção deste País. Naquele período, tudo aqui foi construído fundamentalmente pelos trabalhadores negros, pois, na época da escravidão, o trabalho não era considerado uma atividade nobre. Os nobres não estavam destinados ao trabalho; quem estava destinado ao trabalho eram os escravos.

Com isso, a abolição se fez sem que fosse dado nenhum tipo de indenização. Esses trabalhadores foram lançados às ruas, e as elites dominantes produziram idéias de desqualificá-los, considerando que eles não estavam aptos para o trabalho livre. Na escola, estudamos que o negro foi considerado como desadaptado para o trabalho livre e, dessa forma, justificou-se a imigração, por meio da qual foram trazidos trabalhadores europeus para o Brasil, com um objetivo racista e eugênico, visando à redução da população negra e ao branqueamento da população brasileira.

No passado, a pobreza dos negros resultou do fato de que esse povo era negro, e isso ocorre ainda hoje. Isso definiu o seu destino social. Negro. Logo, escravo!

Hoje em dia, depois de mais de 100 anos de abolição, o índice de analfabetismo da população negra é três vezes superior ao índice de analfabetismo da população branca. Por que isso acontece? Por que será que os negros são inaptos para a educação? Será que eles não têm capacidade de aprender? Será que isso acontece com este povo que produziu algumas das maiores "cabeças" deste País? O maior escritor brasileiro, Machado de Assis, era negro. Será que este povo não tem capacidade de aprender, ou será que nunca interessou às elites deste País educar o seu povo e acabar com o analfabetismo no Brasil? Seria muito fácil, por um ato de vontade política, acabar com o analfabetismo no nosso País. Não se acaba com ele aqui porque isso não interessa.

Na minha visão, a pobreza dos negros decorre da idéia – que está nas cabeças dessas elites – de que o povo negro não é destinado a uma vida superior, mas sim a uma vida desqualificada. A pobreza decorre da idéia de que é preciso haver, como reserva, esse "exército de trabalhadores" considerados inferiores e desqualificados, porque, dessa forma, pode-se facilmente manipulá-los politicamente. Com isso, no momento das eleições, podem-se conseguir votos por meio de manipulações eleitorais, oferecendo uma cesta de comida ou uma cirurgia de esterilização para as mulheres.

Pode-se facilmente manipular um povo quando este não tem acesso à educação e aos seus direitos de cidadania. Vejo a pobreza como um resultado desse processo.

Maria Beatriz Pacheco⁶

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Mário Ackerman. Chama-me a atenção que a Convenção nº 111 é de 1958, e fazendo uma analogia com o que acontece com a AIDS: em eventuais palestras, perguntam-me "por que só a AIDS vem sendo beneficiada com movimentos?" E sempre digo que "nós, com AIDS, sofremos com a discriminação na pele, então, nos unimos, e tentamos fazer alguma coisa". O senhor acredita que a implementação dessa Convenção, só agora, 30 anos depois, é um resultado do não-agüentar mais a discriminação, ou os grupos estão-se unindo e cobrando a aplicação da Convenção em nosso País? Por que esse movimento de implementação ocorre só agora, 30 anos depois?

Mário Ackerman

Na verdade, a questão da discriminação vem sendo discutida desde muito antes da Convenção nº 111 e aparece já a questão da Igualdade de Tratamento explicitamente anunciada na Declaração da Filadélfia, no ano de 1944. O que ocorreu é que a estupidez humana foi encontrando novas causas de discriminação, e isso que você mencionou, AIDS (eu chamo SIDA, em espanhol), aparece como um motivo novo, como eu mencionava a questão do mal de Chagas. Segundo os países, os lugares ou a preferência sexual, esses são temas novos, e que tem que ver com um nascer da causa da discriminação. Não é que apenas agora estamos trabalhando nisso, cada vez é mais evidente.

Na Alemanha, com os judeus, era muito fácil detectar, foi muito numeroso e foi escandaloso. Hoje, a questão é mais sutil. Os temas que têm que ver com os tabus da sociedade e com medos pessoais que arrastam cada um dos outros são mais difíceis de erradicar, e isso reclama um comportamento mais sutil. Estou-me referindo concretamente à preferência sexual e à SIDA ou AIDS, porque estão vinculados. Esse problema de SIDA nasce do problema da preferência sexual e, hoje, é muito mais democrático e está melhor distribuído. Em todo o caso, porém, nasce a partir da chamada "peste rosa" – esta é a menor denominação inicial. Bem, agora já passa a ser um problema de todos, então, é mais fácil, já não é mais tema da preferência sexual.

Permito-me fazer mais uma observação. Quero dizer que uma discriminação abre as portas para todas as discriminações e, se deixar passar uma, passam todas, e a legitimação de uma discriminação é a legitimação de qualquer forma de discriminação; Por isso, simetricamente, a briga por uma das causas de discriminação, isto é, a eliminação de cada uma delas facilita a luta pelas demais. Qualquer uma causa – repito – qualquer deve ser acompanhada porque a porta é a luta contra todas as causas.

⁶ Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS – RNP+

A discriminação é um processo construído muito mais a curto prazo do que o racismo e o sexismo. Na verdade, quando dizemos que os outros grupos não se uniram, é exatamente porque não conseguimos enxergar a *diferença entre racismo e discriminação*.

Há três séculos, os negros se uniram e lutaram, e ainda lutam, para serem respeitados. O problema é que o racismo está introjetado e faz com que existam exceções – vamos dizer assim – pessoas que chegam a um determinado cargo ou profissão, criando uma linha de conflito muito maior do que anteriormente, quando se estava muito mais distante, e isso faz com que se acirrem essas questões a ponto de vermos, em nível mundial, grupos neonazistas crescendo, a Ku Klux Klan, que reapareceu.

Às vezes, podemos correr o risco de que encontros como esse que apontam para que consigamos, na verdade, estabelecer uma iniciativa como a da implementação da Convenção nº 111, aponte para que os grupos contrários se estabeleçam e se fortaleçam para que consigam estancar essa semente que está brotando.

Isso é uma questão. A outra questão era uma fala do Dr. Ackerman sobre recursos humanos. Eu queria acrescentar uma outra palavra, que seria a dos excluídos. "Excluídos" é uma palavra literalmente do campo do trabalho, aqueles que não servem mais, aqueles que não estão e se chega ao cúmulo, hoje, de se usar a palavra "excluído" para determinar seres humanos. Isso vem exatamente reforçar essa questão. A própria Convenção, por exemplo, quando se coloca que a qualificação profissional pode ser usada como discriminação. Achei que deveríamos colocar a *questão da boa aparência*, pela qual brigamos muito e que é empregado como qualificação para emprego e que sabemos que embute todos os preconceitos possíveis de gênero e raça. Na questão étnica, essa relação triangular e essa desvantagem de discriminar o outro, a questão de raça e etnia, que Dra. Edna pediu para que fizéssemos um exercício juntos, acho que a grande perda – e ela apontou maravilhosamente bem a questão – é que nessa cultura estabelecida, eurocêntrica e branca, que é daquele que chega à ponta, está constantemente em perigo de que algum daqueles que vêm da base da pirâmide emergja e o tire do seu lugar. Nas culturas orientais, como são circulares, e apontam para a função do coletivo, jamais se tem esse risco. É um risco tamanho, constante, que, quando você está na ponta da pirâmide, deve manter aqueles que estão abaixo, porque, a qualquer momento, existe a chance de alguém emergir. É o que dizem em cima da democracia racial, "não tem chance", "ele não cresce porque não quer. A chance é para todos", como se isso fosse igual. São essas ponderações que eu gostaria que fossem discutidas tanto pela Dra. Edna como pelo Dr. Ackerman, nas relações e, principalmente, essa questão do racismo e do sexismo, com a diferenciação de discriminação, porque, no meu entender, eles são diferentes.

⁷ Secretária-Adjunta da Secretaria de Saúde de Gravataí – GRIOT – Centro Pedagógico para a Cidadania Negra

Prosseguindo a partir de seus comentários, acho que é fundamental pensarmos que discriminação produz ódio e retaliação. Um galho que é vergado, necessariamente no momento em que se solta, produz uma reação contrária. Todo opressor tem de estar preparado para aquilo que se chama "a volta da cabocla", ou "a volta do cipó de aroeira". Uma sociedade baseada na discriminação e no ódio racial, necessariamente tem de esperar que um dia isso seja questionado e o poder de "quem está lá na ponta da pirâmide" – como a expressão da Regina – vai ser questionado. Portanto, se pensamos em promover, de fato, relações de paz, de convivência social, é preciso que estejamos realmente dispostos a relações de igualdade, de reconhecimento mútuo e de respeito. Acho que esse seria o benefício que alguém que abre mão de ser opressor teria a longo prazo. Conforme Dr. Ackerman, a discriminação é uma política de curto prazo, você se beneficia a curto prazo, mas, a longo prazo, a discriminação vai produzir ódio e destruição. Isso é tão certo como dois mais dois são quatro. É uma bomba-relógio que você não sabe exatamente quando vai explodir. Se pensarmos as condições de profunda desigualdade social e de desigualdade racial no Brasil, podemos considerar que esse País vive uma situação que é absoluta e potencialmente explosiva. Basta darmos uma olhada no que acontece, por exemplo, nos presídios. Houve um determinado momento, aqui neste País, em que fiquei assustada ao constatar que a maioria dos noticiários, ao invés de estarem mostrando greves e negociações das centrais sindicais, mostravam rebeliões nas cadeias. Os processos de negociação eram bastante heterodoxos. Não havia as pessoas sentadas em volta de uma mesa para negociar, reféns eram tomados, pessoas eram atiradas de cima dos presídios. Precisamos pensar se queremos paz, temos realmente que construí-la e de abrir mão do poder da opressão.

"... A discriminação é uma política de curto prazo. Você se beneficia a curto prazo, mas, a longo prazo, a discriminação vai produzir ódio e destruição"

Um comentário acerca de formas mais específicas de discriminação: como sou da área da saúde, queria chamar a atenção para três importantes problemas relacionados à população negra, que podem representar um enorme potencial de discriminação. São três doenças que têm um componente genético e são, no caso, a anemia falciforme, que é uma doença genética, de alta incidência para a população negra e que pode eventualmente representar faltas do indivíduo ao trabalho; a hipertensão arterial, que é um grave problema de saúde pública no Brasil e que tem formas bastante graves e mais frequentes entre a população negra; e a questão do diabetes. Acho que temos três patologias, todas elas com um componente biológico significativo e que podem vir a representar fatores de discriminação dos trabalhadores negros no mercado de trabalho. A respeito das quais gostaria de chamar a atenção de vocês.

Só quero agregar uma pequena coisa a isso que você disse. É a partir de sua observação sobre os excluídos, que não é uma frase, uma expressão menor. Normalmente, falamos deles quando falamos dos excluídos no mundo do trabalho. Porém, há uma coisa mais grave, que são os excluídos pela vida. Insisto tanto nesse problema de modelo econômico porque hoje vivemos marcados pela economia, condicionados por ela e pensamos em termos econômicos. A sociedade pensa em geral, trato eu de não pensar em termos econômicos. Quando falamos em exclusão, pensamos que são exclusões na área do trabalho, e esse é o grande drama desse tempo. Os beneficiários de hoje serão os excluídos de amanhã, porque cada vez vai haver menos pessoas necessárias. Estamos pensando num mundo cada vez para menos, isso não sou eu quem diz, os economistas estão anunciando. Isso reclama uma preocupação de todos, e a única resposta pode vir da solidariedade dos que não têm.

Por isso, quando se fala de grupos, do grupo dos negros, das mulheres, isso não alcança, tem de incorporar todos os outros. Os negros se juntam com os negros para solucionar os problemas deles. Isso não resolve. Quando as mulheres se juntam com as mulheres para solucionar os problemas delas, tampouco. Tem de se sentar à mesa o branco, o homem, porque isso é regra entre todos. O modelo econômico da competência é marcado pelo egoísmo, supondo segmentação – os brancos com os brancos, os homens com os homens, as mulheres com as mulheres – e competição pelo espaço de poder.

A resposta da solidariedade é compartilhar para desenhar um modelo novo, pensar outra coisa, por isso a Convenção nº 111 – por incrível que pareça – não pensa na eficácia econômica. Está pensando na eficácia social, e por isso tenta eliminar as discriminações. E estas se eliminam entre todos, entre opressores, oprimidos e beneficiários da opressão.

Os beneficiários de hoje são os oprimidos de amanhã. Na realidade, são menos oprimidos que os outros. É isso que devemos começar a entender, pensar no drama desse tempo, do outro lado, desde a família, as pessoas, as necessidades humanas, e não das necessidades da economia. Voltar a pensar que a economia é um instrumento e não um fim. Não é fácil e não tenho absolutamente resposta para esse problema, simplesmente estou dizendo que devemos começar a pensar de outra maneira.

Célio Golim⁸

O NUANCES é uma ONG que trabalha com direitos humanos para gays, lésbicas e travestis; que trabalha para os direitos civis e políticas sociais para essa população. Essa discussão, com certeza, nos interessa, porque sabemos que também não é só essa, mas todas as discussões: a questão de trabalho, da discriminação, da exclusão social em relação ao gênero ou, mais precisamente, em relação à orientação sexual. Ela está presente, e nós

⁸ Grupo NUANCES.

temos entendimentos de como isso se dá e por que isso acontece na sociedade. Acho que a fala dos palestrantes foi muito ao encontro de como pensamos, pois é uma realidade social. Diria que um dos temas mais polêmicos, que é tão antigo quanto os outros problemas da humanidade, é a questão da orientação sexual que está presente desde que o homem se conhece como homem. As várias possibilidades de expressar a sexualidade é um tema que ainda encontra muita dificuldade de ser tratado porque, numa sociedade como a nossa, que confunde muito o que é público e o que é privado. Não se trava essa discussão. Entendemos que esta é fundamental, a de se estabelecer o que é público ou privado no ser humano e até aonde vão os nossos direitos de exercer a sexualidade; até aonde vai a nossa responsabilidade, que é privada; e até aonde vai a nossa responsabilidade, que é social, como exercício de nossos direitos privados. E aí passa pela questão da raça, gênero e todas as questões, pois sabemos que, hoje, a orientação sexual é ator de discriminação. Muitas vezes, pela aparência, os trabalhadores gays, lésbicas e travestis são excluídos automaticamente de um concurso ou da possibilidade de ascensão social num emprego em decorrência dessa questão – que é um absurdo –, mas que faz parte da nossa realidade e, infelizmente, vamos conviver por muito tempo com essas formas de discriminação.

Para citar um exemplo claro, para se fazer um concurso no Rio Grande do Sul, para juiz, delegado ou promotor, temos de passar por um teste, uma prova prática, que consiste na seleção de um psicólogo. O psicólogo, hoje, no Rio Grande do Sul, se acha no direito de fazer perguntas de cunho privado, sobre a orientação sexual da pessoa e, inclusive, se ela tem amigos homossexuais, ou seja, esse funcionário do Estado já está impregnado do preconceito construído historicamente e se dá ao direito de achar que essa pessoa vai ter maior ou menor qualificação, já o discriminando antecipadamente. Isso é um verdadeiro absurdo, porque não existe nada que comprove que a maior ou menor capacidade de exercer uma função tem relação com a orientação sexual. Isso é uma coisa presente na nossa sociedade e que temos de começar a discutir.

Acredito que o movimento social é que tem o papel fundamental de desmitificar tal problema e conquistar esse espaço. Agora, quero fazer uma provocação para Dra. Edna, no sentido dessa questão de cotas de 30% para as mulheres porque, no meu entendimento, não estou convencido ainda; é uma forma de discriminação, de legitimar a discriminação, porque acho que algumas relações se dão em nível da disputa de poder mesmo e, nesse sentido, acharia que as mulheres, então, deveriam reivindicar 50%, por que não? Acho que não deveria se reivindicar nem 50, nem 30, nem 20, nem 10, porque acho que é uma questão que disputa o poder pelas idéias e você vai ter de conquistar aquele espaço, que é o grande desafio que os discriminados têm. Não me sentiria nem um pouco desconfortável se fosse 80% de mulheres na direção de qualquer partido, instituição ou órgão, ou em cargos de importância ou 80% de negros, mas isso basicamente tem de se dar na disputa pelo poder. Se forem mais competentes 80% de mulheres, elas que administrem e que tenham o poder na mão. Dentro de uma outra visão, da lógica, que não se tenha essa disputa, e é o que estava sendo colocado, que busquemos pensar uma outra forma de se relacionar, uma outra forma de

construção de sociedade, em que não fiquemos como reféns do capital e da questão econômica. Por exemplo, que a diminuição da jornada de trabalho seja uma luta de todos, pois é completamente possível e viável as pessoas trabalharem menos, produzirem mais e viverem mais e dar mais tempo para outras formas de expressão de vida, porque não tem por que nascer, viver e morrer com 60 anos e só trabalhando.

Edna Roland

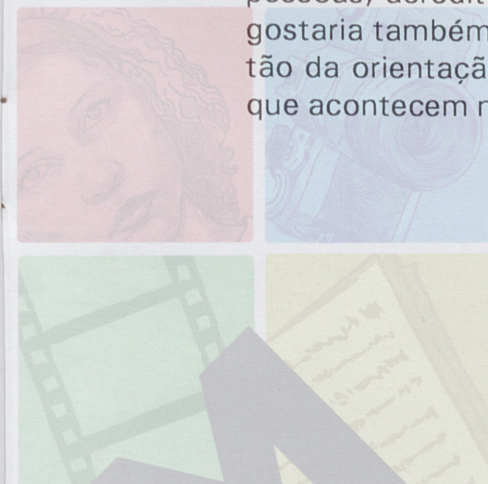
Célio, em relação especificamente à questão das cotas, acho que é, sem dúvida, uma proposta bastante polêmica, mas ainda concordo e apoio. Porque 30 e não 50, e não 80. Acho que obviamente se trata de uma medida parcial, uma proposta tática, talvez até deveria ser 100%, mas não podemos excluir ninguém. Acho que, sem dúvida, temos de nos colocar na disputa das idéias, dos argumentos, batalhar do ponto de vista da correlação de forças. Mas, ao mesmo tempo, penso muito naquela história da corrida da lebre e da tartaruga. Estamos falando de um processo em que "as lebres" da nossa sociedade já estão bastante treinadas, por muitos milênios, não se trata nem de séculos, mas muitos milênios de treinamento, do exercício do poder. Aí você coloca, de um lado, as lebres que têm milênios de treinamento no exercício do poder e, do outro, as tartaruguinhas, e fala: "Vamos à corrida, vamos ver quem vai ganhar essa corrida". Já sabemos de antemão qual vai ser o resultado mais provável dessa corrida.

Os trabalhadores e a população de origem africana, na África do Sul neste momento, estão utilizando um termo que acho muito adequado para discutir essa questão das ações afirmativas: as *ações corretivas*, não ações afirmativas. Está-se utilizando o termo *ações corretivas* exatamente para chamar a atenção para o fato de que são algumas medidas políticas, propostas que têm o sentido de corrigir algumas distorções que foram produzidas historicamente. Então, defendendo essa idéia de ações afirmativas que pode significar muitas coisas, inclusive, cotas. Ações afirmativas pode ser você colocar determinados programas que estejam dirigidos, principalmente, a uma determinada população, a um determinado grupo. Acho que podemos chegar até o ponto de, eventualmente, propor cotas e aceitá-las porque estamos tentando corrigir os efeitos nefastos e nocivos de práticas que foram estabelecidas durante décadas, milênios, centenas de anos. Não penso que essas propostas sejam milagrosas, nem acho que seja fácil realizá-las, haja vista o que aconteceu nas últimas eleições no País, em que muitos partidos não conseguiram preencher a cota dos 30%. Porque tem que ser meio louca para ter coragem de concorrer às eleições na ausência de condições que são oferecidas para candidatos de origem popular. Mas acho que é um instrumento válido e eu, até o momento, ainda estou convencida de que é válido e de que é justo, embora esteja aberta a eventuais questionamentos.

Agora, queria concordar muito com você em relação às suas propostas e comentários acerca da redução de horas de trabalho. Acho que esse é o tipo de pensamento que pode inverter completamente o que hoje parece ser uma condenação inevitável, a idéia de que não há saída, de que "nós estamos entre a cruz e a espada", "seremos todos transformados em indivíduos descartáveis", porque "não vai haver emprego". O desemprego cresce e

tudo o mais. Depende de como pensamos, da maneira como a sociedade deve ser organizada, por exemplo, se acharmos que as cidades devam ser limpas, devam ser arborizadas, que todas as crianças devam ter creches, que deva ter escola para todo mundo, vai ter muito emprego para ser criado, porque as cidades neste País estão parecendo umas lixeiras. Se colocarmos a tarefa de limpar os rios do Brasil do jeito que estão, a tarefa de reurbanizar as cidades, construir casas – vejam bem, quantas pessoas não têm casa –, então, essa questão do emprego pode ser completamente redirecionada.

Pensarmos a reorganização da sociedade a partir das necessidades das pessoas, acredito que é o caminho e apoio muito tudo o que você disse e gostaria também de reconhecer que os assassinatos motivados pela questão da orientação sexual é uma das coisas mais bárbaras e mais terríveis que acontecem no País.



CEPIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

Impresso no Parque Gráfico
MTE/FUNDALC



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ





CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ